

Dilma autoriza pagamento da subvenção com atraso de três meses

A medida, que deveria ser emergencial, é liberada após o período chuvoso

pág. 5

OS TRABALHADORES DE CANA DE AÇÚCAR DO NE AGRADECEM PELA CERTEZA DE SEU EMPREGO

UNIDA
União Nordestina dos Produtores de Cana



Esperança nas chuvas de setembro para amenizar prejuízo

3



Derrubada dos vetos: uma questão de respeito ao NE

5



Palestras de alto nível e feira de negócios na Norcana 2013

8



Editorial

Alexandre Araújo de Moraes Andrade Lima
Presidente

Por um cultivo sustentável em tempos de seca

A região canavieira pernambucana e demais estados nordestinos carece de investimento em obras de infraestrutura hídrica capazes de enfrentar as adversidades climáticas da região. É preciso combater o despreparo estrutural para garantir a sustentabilidade do cultivo da cana também durante o período cíclico da estiagem. Esta foi a reivindicação da União Nordestina dos Produtores de Cana ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, e aos governadores durante a 18ª Reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada em agosto, em Alagoas.

Em pleno século XXI, mesmo com todo avanço técnico e tecnológico, como podemos viver numa realidade similar aos tempos do Império? O período marcado pela seca não pode mais justificar déficit produtivo. Isto é a constatação do atraso em relação à ausência de infraestrutura. Por isso, é preciso erradicar essa história de prejuízos em função da seca. Na última safra de cana, por exemplo, o déficit foi de

30%, provocando sérios problemas socioeconômicos. É necessário que as autoridades se preparem para evitar novos impactos nos períodos de estiagem.

Nesta perspectiva, deve-se garantir condições estruturantes para o setor enfrentar a instabilidade climática, baseada numa distribuição geográfica dos fundos agrícolas do produtor, para atender a Zona da Mata. É preciso que seja alocado investimento por parte dos governos para construção de pequenas barragens e a aquisição de toda a estrutura de irrigação. Além de manter os canaviais sem prejuízos em anos de seca, a ação também promoverá aumento na produção, gerando uma melhor rentabilidade para o setor, com reflexos para toda a economia regional.

Outra ação necessária é a instalação de silos para armazenar volumoso proveniente da cana. A medida visa garantir a alimentação do rebanho do Agreste e Sertão, evitando a elevada mortalidade dos animais, como foi observado nesta última estiagem. Com a ação, serão reduzidos os

problemas dos rebanhos e de seus produtores, como também evitará gastos exorbitantes dos poderes públicos com ações emergenciais.

Frente aos efeitos deixados pela seca no setor, também foi reivindicado na reunião da Sudene, a manutenção do programa de subvenção por um 10 anos, no valor de R\$ 12 por tonelada e reajustado por ano. Existe a necessidade de um forte investimento por parte dos produtores para recuperar os canaviais e voltar à produtividade dos últimos anos. E, por fim, foi solicitada a redução da alíquota do ICMS, incidente sobre o etanol hidratado, aos governos estaduais. A solicitação objetiva tornar o álcool combustível hidratado mais competitivo em relação à gasolina, propiciando melhor remuneração da tonelada de cana. Esperamos que os gestores públicos possam se sensibilizar e implementarem as reivindicações em defesa da sustentabilidade do setor nos futuros períodos de secas.

EXPEDIENTE

Gazeta PERNAMBUCANA

Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2.028 | Imbiribeira | Recife/PE
Telefone: (81) 3316.0955
Site: www.afcp.com.br

Alexandre Araújo de Moraes Andrade Lima
Presidente

Paulo Giovanni Tapety Reis
1º Vice-presidente

Frederico Pessoa de Queiroz
2º Vice-presidente

Damião Gomes Pereira Filho | 1º Tesoureiro
Cristiano Correia de Oliveira Soares | Vice-Tesoureiro
Felipe Neri Malta Lima | 1º Secretário
Benedito Tadeu Siqueira de Miranda | 2º Secretário

CONSELHO FISCAL
EFETIVOS:

José Ferreira da Fonseca
Jorge Luiz de Borba Campos
Luiz Alves da Silva

SUPLENTE:
Antônio Corrêa de Oliveira Filho
Alberto de Barros Luz Neto
Marcelo Araújo de Oliveira

Diagramação | Janio Santos
Reportagens | Robério Coutinho
Fotógrafo | Josué da Mata
Tiragem - 2.000 exemplares

Acontece



Futuro do setor canavieiro

Há dois momentos distintos previstos para o setor canavieiro: um a curto prazo, com indefinições e sem margens; e um de médio e longo prazos, com uma excelente perspectiva. Esta é a avaliação de Caio Carvalho - presidente da Associação Brasileira do Agronegócio. O assunto será o tema de sua palestra na abertura oficial da Norcana 2013, na AFCP.



Suporte grátis à subvenção

Os associados da AFCP e do Sindicape não precisam se preocupar com a sistematização e o envio de seus documentos à Conab para receber a subvenção federal. Basta o produtor entregar seus documentos na usina onde moeu sua cana e assinar uma declaração. Todo o processo é feito gratuitamente pela equipe técnica da AFCP e do Sindicape.



Última esperança do produtor está nas nuvens

O comportamento pluviométrico no mês de setembro, na Zona da Mata, será decisivo para o resultado final da nova produção canavieira de Pernambuco. A chuva de setembro é decisiva porque ela ocorre pouco antes do começo da colheita e exatamente no período final da formação das lavouras. Ela é a última chance para amenizar o prejuízo produtivo e financeiro do setor, acumulado deste a última safra devido os efeitos da maior seca nordestina dos últimos 50 anos.

Nos últimos meses, período correspondente à estação chuvosa na área canavieira de Pernambuco, houve um melhor padrão de chuva, mudando o perfil de estiagem prolongada observada deste o último ano. Em agosto, por exemplo, de acordo com os dados da Agência Pernambucana de Águas e Clima, o índice médio ficou em 144 milímetros, enquanto que em agosto do ano passado, choveu apenas 72 milímetros. "Porém, com rastros de destruição já consolidados, em decorrência da forte seca, como o baixo crescimento da cana e a mortalidade de áreas plantadas, haverá prejuízo também nesta safra se comparada à safra anterior a última seca", adianta o presidente da Associação

dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP), Alexandre Andrade Lima.

Mas, ainda assim, a chuva de setembro é muito esperada pelos produtores de cana. A razão da expectativa é porque se for favorável o padrão pluviométrico, a nova safra poderá ter um incremento produtivo em relação à safra da seca (12/13). "Se o padrão de chuva se comportar dentro da normalidade do período climático, a produção da atual safra será ampliada em torno de 10% em relação à última. Isso representa uma ampliação de 1,3 milhões de toneladas", diz o dirigente. No entanto, o incremento é insignificante quanto relacionada às perdas de cerca de 30% na última safra. O setor perdeu R\$ 600 milhões com os impactos da seca na safra.

Lima informa que a produção total da safra 2013-14 deve atingir 14,5 milhões de toneladas, caso o cenário mais chuvoso se confirme. Na safra 12/13 havia sido registrada uma perda de cinco milhões de toneladas se comparada à produção anterior quanto início da estiagem em 2011. O diretor da AFCP, Tadeu Miranda, lembra que depois da última seca, três usinas deixaram de funcionar na Mata Sul.

Ação emergencial ainda não saiu da promessa

Depois de cinco meses da colheita da última safra canavieira, diante de um déficit produtivo de 30%, com prejuízo na ordem de R\$ 600 milhões, e da eminência de uma nova expressiva redução da safra seguinte, as ações emergenciais do Governo do Estado ainda não ocorreram. Desde novembro de 2012, a solidariedade prometida pelo vice-governador, João Lyra Neto, ficou só apalavrada. Em maio de 2013, um novo apelo foi feito direto ao governador Eduardo Campos. A solicitação principal foi a criação de um programa de revitalização da atividade e a decretação de Estado de Emergência da Zona da Mata. Nenhuma solicitação foi atendida até o momento, mesmo diante da maior seca desde 1963.

A situação atual do produtor de cana é preocupante. Sem recurso para investir na safra, por conta dos efeitos da estiagem na última safra, mas também com a atuação da seca por um tempo na nova safra, o cenário é de desolação no setor. "Há menos de um mês para iniciar a moagem, a cana deveria medir quatro metros de altura em média, mas só chegam a dois metros no máximo", diz Alexandre Andrade Lima, presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP).

Frente à situação, o dirigente aguarda uma sinalização das autoridades competentes do Estado. "É preciso que se faça algo", critica. O setor espera que algo seja feito, pois caso contrário, a atividade canavieira, que é responsável por 10% do Produto Interno Bruto Estadual, morrerá lentamente, vítima da seca - um problema cíclico e histórico no Nordeste.



Nufarm
Presente em todo o Brasil



Av. Parque Sul, 2138 | 1º Distrito Industrial | Maracanaú/CE
CEP: 61.939.000 | PABX (85) 4011.1000 | www.nufarm.com.br



A subvenção não pode ser paga sem anúncio da fonte de recurso

Fonte de recurso sai 85 dias após o anúncio da subvenção

Quase três meses. Este foi o período que o governo levou para liberar a subvenção anunciada pela presidente Dilma Rousseff em 20 de maio, na Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP). A razão da longa espera ocorreu porque a equipe econômica se esqueceu de dizer a fonte de recurso na medida provisória (MP) do subsídio. Sem ela, o pagamento não podia ser liberado enquanto não fosse publicada outra MP dizendo a fonte financeira. Para publicá-la, o governo precisou do tempo de quase toda estação chuvosa da região canavieira do NE.

A fonte de recurso foi anunciada na MP 624. Sua publicação ocorreu no dia 15 de agosto. Foram autorizados R\$ 148 milhões. Cada agricultor receberá R\$ 12 por tonelada de cana fornecida às usinas na safra 2011-12. O benefício é limitado a 10 mil toneladas por produtor. "A subvenção é sempre bem-vinda, mas porque demorou tanto tempo para autorizá-la. Os recursos emergenciais deveriam chegar dentro do período agrícola", critica Alexandre Andrade Lima, presidente da AFCP. Neste intervalo, a estação chuvosa na região canavieira chegou ao fim

e o agricultor não pode mais utilizar o recurso nos tratos culturais e renovação do canavial, o que ampliará o déficit produtivo da nova safra, somando-se às perdas da última safra em função da maior seca dos últimos 50 anos na Região.

Apesar disso tudo, o produtor precisa do recurso para sua sobrevivência e pagamento de dívidas pendentes com a seca, mas, a subvenção não foi liberada a partir de 15 de agosto. O Tesouro Nacional cogita autorizá-la apenas a partir do mês de outubro, e ainda parceladamente. Porém, esta situação é atípica porque normalmente o pagamento é liberado logo após a publicação de um decreto presidencial, autorizando a Conab receber o documento dos beneficiários e efetuar a programação dos pagamentos. "O decreto foi publicado no dia 21 de agosto, entretanto, o produtor ainda não teve garantias do pagamento. Até quando continuará esse massacre com o agricultor nordestino", questiona Lima, revoltado com a situação de mais atrasos. Do anúncio da subvenção até a produção dessa matéria, já foram 100 dias de espera da medida emergencial.

Um longo caminho

O que parece ruim poderia ser ainda pior. Os quase três meses para ser publicada a fonte de recurso da subvenção corria o risco de ser maior, se não fosse a persistência de Alexandre Andrade Lima, presidente da AFCP. O dirigente esteve em Brasília diversas vezes para participar de reuniões com o governo para resolver o problema. A equipe econômica cogitou a possibilidade de criar outra forma para sanar a falha da não indicação da fonte recurso na MP original da subvenção. Foi cogitada a elaboração de emenda do senador Gim Argello (PTB-DF) nesta MP, a fim de indicar a fonte financeira da subvenção. "Fomos contra a iniciativa porque o tempo para liberação da subvenção seria bem maior", conta. A emenda só teria efeito de lei depois de passar por todos os trâmites na Câmara e Senado Federal, prosseguindo para a sanção presidencial. Já a indicação da fonte de recurso numa nova MP, como foi o caso, tem validade imediata, por ter força de lei. "Mas, mesmo assim, a subvenção ainda não foi liberada, por intervenção do Tesouro Nacional", questiona.

AÇÃO PARLAMENTAR

O presidente da AFCP também se empenhou noutra frente de ação para tentar agilizar a liberação da subvenção neste período. O dirigente sabia que não adiantava só resolver a fonte de recurso, era preciso cuidar do decreto presidencial que autoriza a Conab a pagar o subsídio. A ação era necessária porque o decreto normalmente só é publicado depois da fonte de recurso anunciada, o que levaria ainda mais tempo para chegar a subvenção nas mãos dos produtores. Assim, para não ter de aguardar mais, Lima solicitou apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que de pronto, assumiu a interlocução da classe junto ao Ministério da Fazenda, com a missão de antecipar o decreto. A iniciativa obteve um bom resultado, pois ele foi publicado apenas seis dias (21 de agosto) após o anúncio da fonte de recurso (15 de agosto). Estaria tudo certo para início do pagamento, se não fosse o Tesouro Nacional.

Fertine. Há 20 anos, cultivando parcerias.

Rua Doutor Ascânio Peixoto, 100 | Bairro do Recife | Recife - PE | Fone: 81 2101.7777 | Fax: 81 2101.7766 | fertine@fertipar.com.br | www.fertipar.com.br

Derrubada dos vetos: questão de respeito ao NE

Do apogeu à agonia em busca da renegociação das dívidas rurais

Da alegria à frustração em pouco tempo. Este é o resumo do sentimento de 10 mil produtores pernambucanos de cana, sem falar dos outros milhares de agricultores nordestinos, quando o assunto é a Lei 12.844. A legislação aborda sobre a renegociação de dívidas rurais aos órgãos federais. O razão da agonia é porque a presidente Dilma Rousseff vetou 85 pontos da lei aprovada pelo Congresso. Com a ação, 30% dos 440 mil agricultores no alcance da lei, foram excluídos do benefício. Os canavieiros estão na lista dos barrados pela chefe do Planalto. Contudo, outro sentimento logo tomou conta do setor: o de indignação e vontade de derrubar os vetos do governo, para restabelecer o projeto original.

Uma primeira tentativa para derrubada foi iniciada. A União Nordestina dos Produtores de Cana (Unida), presidida por Alexandre Andrade Lima, que também é presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, começou a articulação política junto aos deputados e senadores para sensibilizá-los da importância de derrubada dos vetos. No processo, o segmento conseguiu o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que garantiu solidariedade aos produtores de cana, bem como aos demais prejudicados com o veto. Cada órgão de classe conversou com parlamentares de cada estado até o dia da sessão do Congresso Nacional, onde os vetos seriam posto em votação. Porém, no dia esperado, 20 de agosto, a pauta não foi incluída, gerando grande insatisfação. A nova sessão foi marcada para o dia 17 de setembro. “Porém, infelizmente, não houve derrubada, mas um acordo entre o Congresso e o Planalto onde incluiu alguns pontos vetados, como a permissão da renegociação sobre a dívida ativa da União, no entanto, permaneceu o veto aos produtores dos municípios onde não foi decretado estado de emergência”, lamenta Lima, lembrando que a derrubada dos vetos da presidente Dilma era uma questão de respeito ao produtor nordestino.

RETROSPECTIVA

Onze dias foram suficientes para Dilma vetar os produtores da Zona da Mata da Lei 12.844. No texto original, oriunda da medida provisória 610, aprovado pelo Senado no dia 11 de julho, sob a relatoria do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), todos os produtores rurais da área de abrangência da Sudene, deveriam ser beneficiários da legislação, mas, a presidente não concordou com a posição, vetando no dia 22 de julho. De acordo com a vontade



A insatisfação foi generalizada entre os dirigentes dos produtores rurais que acompanharam a sessão no Congresso Nacional

presidencial, apenas os produtores residentes nas áreas semiáridas e cidades com decretado de emergência por conta da seca, é que terão apoio da lei. Já conforme a proposta do relator da MP 610, bastante discutida e apoiada pelas lideranças partidárias do Congresso, todas as regiões participariam, a diferença seria o desconto maior para o produtor da área Semiárida. No semiárido, dívidas originais de até R\$ 15 mil teriam descontos de 85%; entre R\$ 15 mil e R\$ 35 mil, de 75%; e entre R\$ 75 mil e R\$ 100 mil, de 50%. Nos demais locais, os abatimentos seriam de 65%, 45% e 40% para os mesmos valores contraídos.

O MOTIVO DAS DÍVIDAS

“A maioria das dívidas é resultado de desastrosos planos econômicos do passado”, lembra Lima, dizendo que os planos foram responsáveis pela majoração do valor real das dívidas do produtor, impossibilitando a quitação. Além disso, os efeitos de outras secas na produção nordestina limitaram o pagamento dos compromissos. “Em ambos os casos, pode-se observar e verificar a interferência e a ineficiência política do governo para socorrer o produtor, portanto, a responsabilidade do endividamento também é do Poder Executivo”, assegura o dirigente.

VETOS

Ao invés de colaborar com o produtor, Dilma vetou o projeto original do Congresso Nacional. Ao todo, 85 pontos foram excluídos da Lei 12.844. Dez itens são diretamente prejudiciais aos produtores de cana. O ponto mais grave foi o veto à participação da Zona da Mata – área tradicional da cultura canavieira nordestina.

Comissão inclui dívida ativa, mas exclui 30% dos produtores

Uma saída negociada entre o Congresso e o Planalto garantiu a aprovação de desconto na renegociação dos débitos rurais na dívida ativa da União. Pelo relatório aprovado na Comissão Mista, que avalia a medida provisória 618, os abatimentos oferecidos variarão entre 40% e 65%, a depender do valor da dívida. O relatório é de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O documento foi aprovado no dia 17 de setembro. Porém, a decisão excluiu cerca de 30% dos agricultores da Zona da Mata nordestina, porque a presidente Dilma Rousseff não aceitou incluir os produtores das cidades onde não foram decretados estado de emergência, nesta última seca, entre dezembro de 2011 e junho de 2013.

Para Alexandre Andrade Lima, presidente da Unida, que acompanhou a votação do relatório da MP 618, o governo federal conseguiu o que queria desde o início, quando, em julho, vetou a proposta original dos parlamentares onde incluía os produtores de toda a área de abrangência da Sudene. “Isso é um desrespeito com o produtor nordestino”, reclama.

Feplana e Unida: parceria para o progresso do setor canavieiro

A atividade canavieira para se manter desenvolvida depende da atuação direta de seus representantes junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Neste viés, a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana) tem participado energeticamente de todas as movimentações em defesa do fortalecimento do segmento. A eficácia de sua atuação está atrelada intrinsecamente ao desempenho dos seus associados. Neste quesito, a União Nordestina dos Produtores de Cana (Unida) tem presença marcante. Seus membros são parceiros e estão em todas as ações em prol do setor canavieiro. A Feplana é aliada da Unida também, colaborando ativamente em defesa das demandas desse legítimo órgão regional dos produtores de cana nordestinos.

Existem vários exemplos desta parceria, somando-se a força política e representativa da Unida na região e em Brasília. A subvenção federal aos produtores nordestinos é um desses casos. Foi o quarto ano do benefício. A negociação das dívidas rurais dos agricultores da região é outro exemplo. A ação resultou na produção de um texto avançado em favor do setor, aprovado na MP 615/13. E, posteriormente, mesmo com o veto a vários pontos pela presidente Dilma Rousseff, o setor continua mobilizado e articulado para derrubar os vetos com apoio do Congresso.

A Unida tem singular capacidade de articulação com seus fornecedores e também lideranças políticas dos seus estados, os quais potencializam os resultados de interesse do segmento. “Esta capacidade é fruto da legitimidade e credibilidade da entidade diante a estes parceiros”, conta Paulo Leal, presidente da Feplana. Desse modo, potencializada pela legítima atuação da Feplana, novos exemplos desta parceria de sucesso com a Unida, podem ser descritas para o fortalecimento do segmento.

O dirigente apresenta dois episódios com relação à atualização da Lei 4.870/65. Esta Lei é fundamental para a manutenção da Feplana, da Unida e de todas as associações nos estados e regiões do país, porém, ainda assim, havia uma emenda parlamentar numa MP para extingui-la. “Em parceria com a Unida e dezenas de associações, realizamos um trabalho de convencimento e articulação política para barrar a iniciativa”, conta Leal. A ação foi decisiva para derrubar a emenda e a própria MP.



Paulo Leal, presidente da Feplana

Porém, posteriormente, noutra tentativa de fragilizar a organização do setor canavieiro, foi proposta uma emenda à outra MP (615/13), a fim de obter perdão de dívidas das indústrias com pessoas jurídicas e físicas com relação ao repasse do Plano de Assistência à Saúde (PAS), além da exclusão do próprio PAS, bem como os demais itens do artigo 36. A Feplana e a Unida atuaram fortemente na Casa Civil e no Congresso até conseguir retirar a emenda de deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP). “No seu lugar, apresentamos outro texto alternativo e consensual entre as entidades representativas dos produtores e dos industriais”, pontua.

QUEIMADAS

A Feplana defendeu a manutenção da queima da cana como técnica de colheita no Nordeste, durante a audiência pública no Supremo Tribunal Federal. O evento foi solidificado pelo Ministro Luiz Fux. “A cana está na região há mais de 400 anos. Ela se confunde com a própria história do País”, disse Leal. Ele lembrou que a cana é a única cultura possível de se adaptar em face das condições de clima e solo da região, onde a maioria das áreas possui declividade acentuada, sendo, com isso, praticamente impossível o uso da colheita mecanizada.

Com o apoio da base

A Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana) tem a missão de preservar as atividades e ações do segmento canavieiro enquanto representante nacional da classe na esfera legislativa e governamental. Porém, para alcançar efetiva atuação nestes locais, a entidade precisa ter uma consolidada base de apoio dos próprios produtores de cana em suas organizações nos municípios e estados. Neste contexto, a União Nordestina dos Produtores de Cana (Unida) desempenha um papel fundamental para a materialização das necessidades dos produtores da região, viabilizando políticas públicas para permanência na atividade.

Os trabalhos e desafios em prol da manutenção da atividade canavieira são enormes no Brasil. Para alcançar este objetivo, é preciso ter uma entidade de classe nacional responsável, transparente e legalista junto aos poderes públicos constituídos. Esta tem sido a atuação da Feplana. Seu desempenho resulta de uma base forte, formada por produtores que vivem o dia a dia em sua atividade, que consolida seus interesses. “Sem esta base, seria impossível obter o progresso atual”, revela Leal.

No momento, a Feplana tem acompanhando a tramitação e negociações de medidas provisórias (MPs) e projetos de lei (PLs), que interferem diretamente na vida do setor, podendo ter reflexos positivo ou negativo.

Atualmente, são quatro MPs com mais de 200 emendas, e 50 PLs com extrema relação à cultura canavieira, além de 200 PLs sobre a atividade rural de forma ampla, na qual envolve o segmento da cana-de-açúcar.

A Feplana participa da maior frente parlamentar do Congresso Nacional. O órgão de classe integra o Conselho Técnico da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA). A frente reúne mais de 200 deputados e senadores. O Conselho da FPA tem a função de decidir todos os encaminhamentos e posicionamentos que os parlamentares terão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A Feplana também integra importantes setores do Governo Federal. Participa de quatro Câmaras Setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

“Estamos fazendo a nossa função da melhor forma possível, sempre lembrando e respeitando o produtor que está na base. Afinal, somos os representantes dele. Foi ele quem nos legitimou para este fim”, pontua Leal. O dirigente destaca a importância dos produtores estarem mais coesos progressivamente, fortalecendo as suas entidades de classe, como é o exemplo da Unida, no intuito de desenvolver as condições da atividade canavieira, bem como sua rentabilidade em todo o país.

Produtores de cana-de-açúcar reféns dos incêndios criminosos

Nem mesmo durante o inverno, os canaviais ficam livres das queimadas criminosas. Já contabilizam mais de 30 ocorrências em propriedades de fornecedores de cana, elevando consideravelmente os prejuízos antes do início do período da colheita da safra. Os incêndios são provocados por delinquentes que, na maioria das vezes se utilizam de técnicas artesanais para a produção de chamas, como velas e outros artefatos para incendiar o canavial por pura maldade e o pior: com a certeza constante da impunidade. Além de ser penalizado pela perda da cana queimada fora de época, o produtor ainda corre o risco de ser judicialmente acionado pelos órgãos competentes pelo crime de danos ao meio ambiente, ou pelos vizinhos à sua propriedade, prejudicados por conta da destruição provocada pelo fogo.

O motivo do aumento desses incêndios tem relação direta com a resumida atenção dispensada pelo poder público ao caso, gerando uma sensação de impunidade pelo praticante desse ato ilícito. Essa deve ser a única explicação para o caso, conforme assegura o vice-presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, Paulo Tapety. Ele lembra que o papel preventivo da Patrulha Rural, realizado pela Polícia Militar, é fundamental para um combate efetivo de todos os tipos de crimes. Porém, geralmente, a área de atuação das viaturas é restrita aos centros urbanos, ou raramente em alguns distritos. Esse problema poderia ser resolvido com a intensificação das rondas com motos por se tratarem de veículos mais ágeis em estradas sem pavimentação. O dirigente informa que não há delegados em muitas cidades da Zona da Mata.

“Frente à atual demonstração de pouco interesse do Poder Público, os produ-



Paulo Geovanni, vice-presidente e diretor-técnico da AFCP

res de cana ficam impedidos de registrar grande parte dos boletins de ocorrência, gerando uma nítida sensação de que o quantitativo é inexpressivo”, revela. Contudo, o agricultor pode ficar ainda mais prejudicado se não fizer o registro da ação criminosa. Além de perder o investimento realizado na plantação queimada antes da moagem, ainda pode responder inquérito.

O dirigente lembra que a queima é uma prática que auxilia a colheita, porém torna-se ilegal quando não existe a autorização emitida pelo CPRH. A queimada não autorizada é classificada como crime ambiental. Assim, o boletim de ocorrência transforma-se no único argumento para

que o produtor possa de fato se defender. “Por isso, recomendamos aos nossos associados que antes de efetuarem as queimadas programadas, existe a necessidade de obtenção das guias de autorização”, conta Tapety, lembrando ao produtor que a Associação está preparada para orientar o produtor na sua sede, no bairro da Imbiribeira, no Recife.

A queimada criminosa afeta na arrecadação estadual como um todo, pois o corte da matéria prima antes do tempo afeta a industrialização de produtos que são tributáveis, trazendo como consequência um impacto negativo na geração de ICMS e escassez de recursos para investimentos em políticas públicas. Cerca de 130 queimadas criminosas nas propriedades dos fornecedores de cana, sem contar as das usinas, foram registradas em 2012. Isso representa milhares de toneladas de cana queimada, o que corresponde a um déficit de milhões em impostos sem a devida produção de açúcar e etanol. “Estamos queimando dinheiro literalmente”, reclama Tapety.

O fornecimento normal de energia elétrica é outro ponto bastante afetado pelas queimadas criminosas dos canaviais. Historicamente inúmeros apagões provocados pelo fogo promoveram efeitos drásticos na economia do estado, uma vez que as indústrias pararam de funcionar por longos intervalos. Informações recentes revelam um aumento no número de casos de interrupção no fornecimento de energia. “Este ano, o cenário deve ficar ainda pior, caso não seja adotada ações do governo para combater este tipo de crime, visto que os incêndios já se tornaram parte de um cenário a cada dia mais cruel para nós produtores de cana, tanto no verão como no inverno, com a cana ainda verde e o solo com muita umidade”, finaliza o dirigente.



**Não deixe a sua produção parar.
Faça já a revisão do seu trator MASSEY na
Dafonte Tratores
e ganhe um DESCONTO EXCLUSIVO
nas peças e serviços***

DF Dafonte
TRATORES



PE: (81) 3087-0266 - PB: (83) 3232-3500
www.dafonte.com.br



PEÇAS ORIGINAIS COM GARANTIA DE 1 ANO**

*Promoção válida até 31/12/2013

**Para as peças aplicadas por nossos mecânicos

Feira de negócios movimentada setor dos produtores nordestinos de cana

Os pequenos, médios e grandes plantadores de cana de todo o Nordeste terão uma excelente oportunidade para realizar lucrativos negócios a preços diferenciados do mercado de insumos e equipamentos para o segmento. Os produtores serão comercializados em condições especiais durante os três dias da segunda edição da Norcana – Feira de Negócios dos Produtores. O evento será realizado nos dias 23, 24 e 25 de setembro, na Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP), no Recife. O evento tem como objetivo promover o desenvolvimento do setor através do estímulo à transferência de tecnologias e o intercâmbio de informações sobre ações e manejo nos canaviais.

“Depois do sucesso da primeira edição, voltamos a proporcionar para o nosso produtor e dos outros estados nordestinos, um ambiente atrativo de negócios e dialógicos para eles, mas também entre os nossos parceiros, industriais, órgãos de classe e autoridades do setor privado e público ligados ao setor canavieiro regional”, diz o presidente da AFCP, Alexandre Andrade Lima. A Norcana 2013 é uma promoção da AFCP, por meio da sua Cooperativa de Produtores (COAF). O evento também oferece um ciclo de palestras técnicas e especializadas com as personalidades do segmento agroindustrial.

Para Caio Carvalho, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio, que será um dos palestrantes na Norcana 2013, o setor canavieiro convive num dos mais complexos momentos de sua história em função da transição da economia global. Na avaliação do dirigente há dois momentos



Com o fim da seca, expectativa da Norcana 2013 é superar a última edição

distintos para o setor canavieiro. “Convive com um terrível curto prazo, de indefinições e sem margens, e com uma excelente perspectiva de médio e longo prazos”, indica. A temática será apresentada durante a noite de abertura oficial da Norcana 2013, às 19h, no dia 23 de setembro. O palestrante é um dos maiores conhecedores do segmento na atualidade e é engenheiro agrônomo formado pela ESALQ/USP, com pós-graduação em Agronomia e Administração, pela Faculdade de Economia e Administração da USP e pela Vanderbilt University (USA).

Outros temas também compõem o ciclo de palestras da Norcana 2013. Todas estão voltadas para o desenvolvimento do segmento canavieiro. Dentre eles, a oportunidade de negócios com uma proposta de reflorestamento, como opção nas terras com alta declividade. O tema será exposto pelo professor doutor Flávio Pereira da Universidade Fe-

deral de Viçosa (MG), no dia 24 de setembro, às 16h. No mesmo dia, um pouco antes, às 14h, será abordado o tema sobre a política de preço mínimo. O palestrante será o superintendente de Gestão da Oferta da Companhia Nacional de Abastecimento, Wellington Texeira. Às 15h, Rodrigo Grabalos, que é representante da empresa Yara Brasil, mostrará como está o mercado de fertilizantes.

No último dia da Norcana, 25 de setembro, às 17h30, os produtores terão a oportunidade de conhecer uma nova proposta para o corte de cana em áreas declivosas. O projeto será apresentado pelo diretor Agrícola do Grupo EQM, José Heleno do Rego Barros Jr. No mesmo dia, às 15h, será apresentada a previsão climática para os próximos meses para a região, pela pesquisadora Francis Lacerda, do IPA. Às 16h, o manejo de pastagem será debatido pelo consultor da DTA, Wagner Pires. “Venha, participe e aproveite”, convida Lima.

Você sabia?

Que a AFCP e sua Cooperativa de Produtores (COAF) promoverá a 2ª edição da **NORCANA** – Feira de Produtores de Cana do NE? O evento será realizado nos dias 23, 24 e 25 de setembro, no Recife, na AFCP.

Que a **NORCANA 2013** oferecerá oportunidades de ótimos negócios a preços diferenciados para o pequeno, médio e o grande produtor? Será um ambiente atrativo de negócios e diálogos voltados para o setor.

Que a **NORCANA 2013** apresentará uma nova colheitadeira capaz de realizar o corte da cana nestas áreas? E oportunidade de negócios com uma proposta de reflorestamento nestas áreas com alta declividade?

É tempo de...

Participar da **NORCANA 2013** – Feira dos Produtores Nordestinos de Cana. O evento oferece condições especiais em insumos e ferramentas.

Participar do ciclo de palestras da **NORCANA 2013**. Durante os três dias do evento serão debatidos temas pertinentes ao setor canavieiro, com diversas palestras técnicas e especializadas.

AÇÚCAR TOTAL RECUPERÁVEL (ATR) – PERNAMBUCO –

MÊS	VALOR (KG)	PREÇO BRUTO DA (T) CANA PADRÃO* R\$
SET/2012	0,5233	62,27
OUT/2012	0,5106	60,76
NOV/2012	0,5059	62,2
DEZ/2012	0,5104	60,74
JAN/2013	0,5082	60,47
FEV/2013	0,5103	60,72
MAR/2013	0,5259	62,58
ABR/2013	0,5262	62,62
MAI/2013	0,53396	64,21
JUN/2013	0,5545	65,98
JUL/2013	0,5549	66,03
AGO/2013	0,5555	66,1

*Cana com 119,0063Kg ATR por Tonelada Cana